

Textos de Descartes sobre a livre criação das verdades eternas

EXTRATO DA CARTA AO PADRE MERSENNE DE 15 DE ABRIL DE 1630¹

[...] Quanto a vossa questão de Teologia, ainda que ela supere a capacidade do meu espírito, ela não me parece todavia fora da minha profissão, pois não diz respeito ao que depende da revelação, o que chamo propriamente Teologia, mas é antes metafísica e se deve examinar pela razão humana. Ora, eu considero que todos aqueles a quem Deus deu o uso dessa razão são obrigados a empregá-la principalmente para esforçarem-se por conhecê-lo e por conhecer a si mesmos. Foi por aí que eu me esforcei por começar meus estudos, e vos direi que eu não teria podido encontrar os fundamentos da Física se não os tivesse procurado por essa via. Mas de todas as matérias essa é a que mais estudei, e na qual, graças a Deus, encontrei alguma satisfação; ao menos penso ter descoberto como podemos demonstrar as verdades Metafísicas de uma maneira que é mais evidente que as demonstrações da Geometria. Digo isso segundo meu juízo, pois não sei se poderia persuadir os outros. [Durante] os nove primeiros meses que estive nesse país não trabalhei em outra coisa, e creio que vós já me tínheis ouvido falar anteriormente que eu havia planejado escrever algo acerca disso. Porém, não julgo apropriado fazê-lo sem que eu tenha visto primeiramente como a Física

1 FA, Tomo I, p. 258-261. AT, I, p.143-146.

será recebida. [...] Mas não deixarei de tocar em minha Física em várias questões metafísicas, e particularmente na seguinte: Que as verdades matemáticas, que vós chamais de eternas, foram estabelecidas por Deus e dependem inteiramente dele, assim como todo o resto das criaturas. Com efeito, é falar de Deus como de um Júpiter ou Saturno, e sujeitá-lo ao Estígio e aos Destinos, dizer que essas verdades são independentes dele. Não temeis, eu vos peço, assegurar e publicar por toda parte que foi Deus quem estabeleceu essas leis na natureza, assim como um rei estabelece leis no seu reino.

Ora, não há nenhuma delas em particular que não possamos compreender, se nosso espírito se dirige a considerá-la, e todas são *mentibus nostris ingentitae*², assim como um rei imprimiria suas leis no coração de todos os seus súditos, se ele também tivesse esse poder. Ao contrário, não podemos compreender a grandeza de Deus, ainda que a conheçamos. Mas o fato mesmo de a julgarmos incompreensível nos faz estimá-la mais; assim como um rei tem mais majestade quando é menos familiarmente conhecido por seus súditos, a condição, todavia, que eles não pensem por isso que não têm rei, e que o conheçam bastante para dele não duvidar. Vão vos dizer que, se Deus tivesse estabelecido essas verdades, ele as poderia mudar como um rei faz [com] suas leis; ao que se deve responder que sim, se sua vontade pode mudar. – Mas eu as compreendo como eternas e imutáveis. – E eu julgo o mesmo de Deus. – Mas sua vontade é livre. – Sim, mas sua potência é incompreensível, e geralmente podemos verdadeiramente assegurar que Deus pode fazer tudo o que podemos compreender, mas não que ele não possa fazer o que não podemos compreender; pois seria temeridade pensar que nossa imaginação tem tanta extensão quanto sua potência.

Espero escrever isso, antes mesmo de quinze dias, em minha Física; mas não vos peço por isso que o guardeis em segredo. Ao contrário, vos encorajo a dizê-lo sempre que a ocasião se apresentar, desde que não me nomeeis; pois ficarei muito satisfeito em conhecer as objeções que se poderá levantar contra [isso], e também que o mundo se acostume a ouvir falar de Deus mais dignamente, ao que me parece, do que dele fala o vulgo, que o imagina quase sempre como uma coisa finita.

EXTRATO DA CARTA AO PADRE MERSENNE DE 06 DE MAIO DE 1630³

[...] Quanto às verdades eternas, digo novamente que *sunt tantum verae aut possibiles, quia Deus illas veras aut possibiles cognoscit, non autem contra veras a Deo cognosci quasi independenter ab illo sint verae*.⁴

E se os homens entendessem bem o sentido de suas palavras, eles não poderiam jamais dizer sem blasfêmia que a verdade de alguma coisa precede o conhecimento que Deus tem dela, pois em Deus querer e conhecer são uma única coisa; de sorte que *ex hoc ipso quod aliquid velit, ideo cognoscit, & ideo tantum talis res est vera*.⁵ Portanto, não se deve dizer que, *si Deus non esset, nihilominus istae veritates essent verae*⁶; pois a existência de Deus é a primeira e a mais eterna de todas as verdades que podem ser, e a única de onde procedem todas as outras. Mas o que faz com que seja fácil enganar-se nisso, é que a maior parte dos homens não considera Deus como um ser infinito e incompreensível, e que é o único autor do qual todas as coisas dependem; mas eles se detêm nas sílabas do seu nome e pensam que é conhecê-lo bastante se se sabe que Deus quer dizer o mesmo que *Deus* em latim, e que é adorado pelos homens. Aqueles que não têm pensamentos mais elevados do que isso podem facilmente tornar-se ateus, e porque compreendem perfeitamente as verdades matemáticas, e não aquela da existência de Deus, não é nenhuma maravilha se não crêem que elas dependem dele. Mas eles deveriam julgar, ao contrário, que visto que Deus é uma causa cuja potência ultrapassa os limites do entendimento humano, e que a necessidade dessas verdades não excede nosso conhecimento, que elas são algo de menor e de sujeito a esta potência incompreensível. O que vós dizeis da produção do *Verbo* não contradiz, me parece, o que digo, mas não quero me meter em Teologia. Temo até mesmo que vós julgueis que minha Filosofia se emancipa demasiadamente, ao ousar dizer sua opinião quanto a matérias tão elevadas.

3 FA, Tomo I, p.264-266. AT, I, p.149-150.

4 [Digo que] *elas são verdadeiras ou possíveis apenas porque Deus as conhece como verdadeiras ou possíveis; mas, por outro lado, não digo que elas são conhecidas por Deus como verdadeiras à maneira de verdades existentes independentemente dele.*

5 *Do fato mesmo de que ele quer alguma coisa, ele por isso a conhece, e apenas por isso tal coisa é verdadeira.*

6 *Se Deus não existisse, estas verdades não seriam menos verdadeiras.*

EXTRATO DA CARTA AO PADRE MERSENNE DE 27 DE MAIO DE 1630⁷

Vós me perguntais *in quo genere causae Deus disposuit aeternas veritates*⁸? Eu vos respondo que é *in eodem genere causae*⁹ que ele criou todas as coisas, isto é, *ut efficiens & totalis causa*¹⁰. Pois é certo que ele é tanto o autor da essência quanto da existência das criaturas. Ora, essa essência nada mais é que essas verdades eternas, as quais eu não concebo emanar de Deus como os raios do sol, mas sei que Deus é o autor de todas as coisas e que essas verdades são alguma coisa, e, por conseguinte, que Deus é o autor delas. Digo que sei, e não que o concebo nem que o compreendo. Pois podemos saber que Deus é infinito e onipotente, ainda que nossa alma, sendo finita, não o possa compreender nem conceber, assim como podemos tocar com as mãos uma montanha, mas não abraçá-la como faríamos com uma árvore, ou qualquer outra coisa que seja, que não excedesse a grandeza de nossos braços. Pois compreender é abraçar pelo pensamento, mas para saber algo basta tocá-lo pelo pensamento.

Vós perguntais também: quem necessitou Deus a criar essas verdades? E eu digo que ele foi tão livre de fazer com que não fosse verdadeiro que todas as linhas traçadas do centro à circunferência fossem iguais quanto de não criar o Mundo. E é certo que essas verdades não são mais necessariamente conjugadas à sua essência que as outras criaturas. Vós perguntais: o que Deus fez para produzi-las? Eu digo que *ex hoc ipso quod illas ab aeterno esse voluerit & intellexerit, illas creavit*¹¹, ou bem (se vós atribuíis a palavra *creavit* apenas à existência das coisas) *illas disposuit & fecit*¹². Pois em Deus é uma mesma coisa querer, entender e criar, sem que um preceda o outro *ne quidem ratione*¹³.

7 FA, Tomo I, p. 267-268. AT, I, p.151-153.

8 *Por qual gênero de causalidade Deus estabeleceu as verdades eternas.*

9 *Pelo mesmo gênero de causalidade.*

10 *Como causa eficiente e total.*

11 *Pelo simples fato de que ele as quis e entendeu de toda a eternidade, ele as criou.*

12 *Ele as estabeleceu e as fez.*

13 *Nem mesmo logicamente.*

EXTRATO DA CARTA AO PADRE MERSENNE DE 17 DE MAIO DE 1638¹⁴

[...] 2. Para a questão de saber se haveria um espaço real, assim como agora, caso Deus não tivesse criado nada, ainda que ela pareça ultrapassar os limites do espírito humano, e que não seja razoável disputar acerca dela, não mais que do infinito, creio, todavia, que ela não ultrapassa senão os limites de nossa imaginação, assim como fazem as questões da existência de Deus e da alma humana, e que nosso entendimento pode atingir a verdade [acerca] disso, a qual, ao menos segundo a minha opinião, é que não apenas não haveria espaço, mas mesmo que estas verdades que chamamos eternas, como que *totum est majus sua parte*¹⁵, etc. não seriam verdades, se Deus não tivesse estabelecido isso assim, o que creio já vos ter escrito outrora.

RESPOSTAS ÀS QUINTAS OBJEÇÕES, PONTO I¹⁶

[...] Quanto ao que dizeis que “vos parece duro ver estabelecer algo de imutável e eterno distinto de Deus”, teríeis razão se se tratasse de uma coisa existente, ou apenas se eu estabelecesse algo de tal forma imutável que sua própria imutabilidade não dependesse de Deus. Mas, assim como os poetas fingem que os Destinos foram na verdade feitos e ordenados por Júpiter, mas que, uma vez estabelecidos por ele, ele obrigou-se a conservá-los, assim também eu não penso, na verdade, que as essências das coisas, e estas verdades matemáticas que se pode conhecer acerca delas, sejam independentes de Deus, mas, no entanto, penso que, porque Deus assim o quis e assim estabeleceu acerca delas, elas são imutáveis e eternas. Ora, que isto vos pareça duro ou mole, me importa muito pouco; para mim, basta que seja verdadeiro.

14 FA, Tomo II, p. 62. AT, II, p.138. Na edição AT esta carta aparece datada de 27 de maio de 1638. Porém, segundo uma nota de Alquié (p.61) a data correta seria 17 de maio de 1638.

15 *O todo é maior que sua parte.*

16 FA, Tomo II, p.827. AT, IX, p.380.

RESPOSTAS ÀS SEXTAS OBJEÇÕES, PONTO 6¹⁷

Quanto à liberdade do franco arbítrio, é certo que a que se encontra em Deus é bem diferente da que se encontra em nós, visto que é contraditório que a vontade de Deus não tenha sido de toda a eternidade indiferente a todas as coisas que foram feitas ou que serão feitas algum dia, não havendo nenhuma ideia que represente o bem ou o verdadeiro, o que se deve crer, o que se deve fazer, ou o que se deve omitir, que possamos fingir ter sido o objeto do entendimento divino antes que a sua natureza tenha sido constituída como tal pela determinação da sua vontade. E não falo aqui de uma simples prioridade de tempo, mas digo bem mais que foi impossível que uma tal ideia tenha precedido a determinação da vontade de Deus por uma prioridade de ordem, de natureza, ou de razão raciocinada, como a nomeiam na Escola, de sorte que essa ideia do bem tenha levado Deus a eleger um de preferência ao outro. Por exemplo, não foi por ter visto que era melhor que o mundo fosse criado no tempo do que desde a eternidade que ele quis criá-lo no tempo; e ele não quis que os três ângulos de um triângulo fossem iguais a dois retos porque soube que isto não podia ser feito de outra maneira, etc. Mas, ao contrário, é porque ele quis criar o mundo no tempo que é melhor assim do que se ele tivesse sido criado desde a eternidade; e visto que ele quis que os três ângulos do triângulo fossem necessariamente iguais a dois retos, é agora verdade que isto é assim e não pode ser de outra maneira, e assim de todas as outras coisas. E isso não impede que possamos dizer que os méritos dos santos são a causa de sua beatitude eterna. Pois eles não são de tal maneira sua causa que determinem Deus a querer algo, mas eles são apenas a causa de um efeito que Deus quis de toda a eternidade que eles fossem a causa. E assim uma inteira indiferença em Deus é uma prova muito grande de sua onipotência. Mas o mesmo não ocorre com o homem, o qual, encontrando a natureza da bondade e da verdade já estabelecida e determinada por Deus, e sua vontade sendo tal que ela não pode se dirigir naturalmente senão em direção àquilo que é bom, é manifesto que ele abraça tanto mais voluntariamente, e, por conseguinte, tanto mais livremente, o bom e o verdadeiro, quanto mais evidentemente ele os conhece; e que jamais ele é indiferente salvo quando ignora o que é o melhor ou o mais verdadeiro, ou ao menos quando isso não lhe aparece tão claramente que ele não possa de forma alguma duvidar disso. E assim, a indiferença que convém à liberdade do homem é muito diferente daquela que convém à liberdade de Deus. E de nada serve alegar aqui que as essências das coisas são indivisíveis. Pois, primeiramente, não há essência que possa convir de uma mesma maneira a Deus e à criatura. E enfim, a

indiferença não é da essência da liberdade humana, visto que não somos apenas livres quando a ignorância do bem e do verdadeiro nos torna indiferentes, mas principalmente também quando o claro e distinto conhecimento de uma coisa nos conduz e nos engaja em sua busca.

RESPOSTAS ÀS SEXTAS OBJEÇÕES, PONTO 8¹⁸

Quando consideramos atentamente a imensidão de Deus, vemos manifestamente que é impossível que haja algo que não dependa dele, não apenas de tudo o que subsiste, mas ainda que não há ordem, nem lei, nem razão de bondade e de verdade que dele não dependa; caso contrário (como eu dizia um pouco antes), ele não teria sido totalmente indiferente a criar as coisas que criou. Pois, se alguma razão ou aparência de bondade tivesse precedido sua pré-ordenação, ela o teria sem dúvida determinado a fazer o que teria sido melhor. Mas, ao contrário, porque ele se determinou a fazer as coisas que estão no mundo, por esta razão, como é dito no Gênese, *elas são muito boas*, quer dizer que a razão de sua bondade depende do fato de que ele as quis fazer assim. E não é preciso perguntar em que gênero de causa essa bondade, nem todas as outras verdades, tanto matemáticas quanto metafísicas, dependem de Deus. Pois, tendo sido os gêneros de causas estabelecidos por aqueles que talvez não pensassem nesta razão de causalidade, não haveria motivo para se espantar caso eles não lhe tivessem dado nome. Mas, no entanto, eles lhe deram um nome, pois ela pode ser chamada eficiente, da mesma maneira que a vontade de um rei pode ser dita a causa eficiente da lei, embora a própria lei não seja um ser natural, mas apenas (como dizem na Escola) um ser moral. É também inútil perguntar como Deus poderia ter feito desde toda a eternidade que 2 vezes 4 não tivessem sido 8, etc., pois confesso que não podemos compreender isso. Porém, visto que compreendo por outro lado muito bem que nada pode existir, em qualquer que seja o gênero de ser, que não dependa de Deus, e que lhe teria sido muito fácil ordenar de tal maneira certas coisas que os homens não pudessem compreender que elas pudessem ter sido diferentes do que são, seria uma coisa totalmente contrária à razão duvidar das coisas que compreendemos muito bem por causa de algumas outras que não compreendemos e que não vemos que devêssemos compreender. Assim, portanto, não se deve pensar que *as verdades eternas dependem do entendimento humano, ou da existência das coisas*, mas apenas da vontade de Deus, que, como um soberano legislador, as ordenou e estabeleceu de toda a eternidade.

18 FA, Tomo II, p.877-878. AT, IX, p.235-236.

EXTRATO DA CARTA AO PADRE MESLAND DE 2 DE MAIO DE 1644¹⁹

[...] Quanto à dificuldade de conceber como foi livre e indiferente a Deus fazer com que não fosse verdade que os três ângulos de um triângulo fossem iguais a dois retos, ou geralmente que os contraditórios não possam ser conjuntamente, podemos facilmente suprimi-la considerando que a potência de Deus não pode ter nenhum limite; em seguida, considerando também que nosso espírito é finito e criado com tal natureza que ele pode conceber como possíveis as coisas que Deus quis que fossem verdadeiramente possíveis, mas não com tal [natureza] que ele possa também conceber como possíveis aquelas que Deus teria podido tornar possíveis, mas que ele quis, todavia, tornar impossíveis. Pois a primeira consideração nos faz conhecer que Deus não pode ter sido determinado a fazer com que fosse verdade que os contraditórios não possam ser conjuntamente, e que, conseqüentemente, ele pôde fazer o contrário; em seguida, a outra [consideração] nos assegura que, embora isso seja verdade, nós não devemos tentar compreendê-lo, pois nossa natureza não é capaz disso. E ainda que Deus tenha querido que algumas verdades fossem necessárias, isto não equivale a dizer que ele as tenha necessariamente querido; pois querer que elas fossem necessárias é completamente diferente de querê-lo necessariamente, ou de ser necessitado a querê-lo. Confesso que há contradições que são tão evidentes que nós não podemos representá-las a nosso espírito sem que as julguemos inteiramente impossíveis, como aquela que vós propondes: *que Deus teria podido fazer com que as criaturas não fossem dependentes dele*. Mas nós não nos devemos representá-las para conhecer a imensidão de sua potência, nem conceber nenhuma preferência ou prioridade entre seu entendimento e sua vontade. Pois a ideia que nós temos de Deus nos ensina que não há nele senão uma única ação, toda simples e toda pura; o que estas palavras de santo Agostinho exprimem muito bem: *Quia vides ea, sunt*, etc.²⁰, pois em Deus *videre*²¹ e *velle*²² não são senão uma mesma coisa.

19 FA, Tomo III, p.74-75. AT, IV, p.118-119.

20 Porque tu vês estas coisas, elas são, etc.

21 Ver.

22 Querer.

PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA, PRIMEIRA PARTE

Artigo 23: [...] de modo algum se deve considerar que Deus sente, mas tão-somente que entende e quer: e isso mesmo não como nós, por operações de certo modo distintas, mas de tal modo que, por uma única e sempre a mesma e simplicíssima ação, simultaneamente entende, quer e opera tudo. “Tudo”, isto é, eu diria, todas as coisas; e [Deus] não quer, pois, a malícia do pecado, porque não é uma coisa.

Artigo 24: Ora, porque só Deus é a verdadeira causa de todas as coisas que são ou podem ser, está claro que haveremos de seguir a melhor via do filosofar, se nos esforçarmos por deduzir do conhecimento de Deus mesmo a explicação das coisas por ele criadas [...].²³

EXTRATO DA CARTA A ARNAULD DE 29 DE JULHO DE 1648²⁴

[...] 6. A dificuldade que há em conhecer a impossibilidade do vazio parece vir principalmente do fato de não considerarmos suficientemente que o nada não pode ter nenhuma propriedade: pois, de outra forma, vendo que neste mesmo espaço que nós chamamos vazio há uma verdadeira extensão, e, por conseguinte, todas as propriedades que são requeridas para a natureza do corpo, não diríamos que ele é totalmente vazio, quer dizer, que ele é um puro nada. Além disso, essa dificuldade vem também de que recorremos à potência divina; e como sabemos que ela é infinita, não prestamos atenção ao fato de que lhe atribuímos um efeito que envolve uma contradição em sua concepção, isto é, que não pode ser concebido por nós. Quanto a mim, parece-me que não devemos jamais dizer de coisa alguma que ela é impossível para Deus. Pois tudo o que é verdadeiro e bom sendo dependente de sua onipotência, não ousa nem mesmo dizer que Deus não pode fazer uma montanha sem vale, ou que um e dois não façam três; mas digo apenas que ele me deu um espírito de tal natureza que eu não poderia conceber uma montanha sem vale, ou que o agregado de um e dois não faça três, etc. E digo apenas que tais coisas implicam contradição em minha concepção. Assim como me parece também que implica contradição em minha concepção dizer que um espaço seja totalmente

23 GA, p. 43. FA, Tomo III, p.105-106. AT, IX, p.35.

24 FA, Tomo III, p. 865-866. AT, V, p.223-224.

vazio, ou que o nada seja extenso, ou que o universo seja limitado; porque não se poderia fingir ou imaginar quaisquer limites ao mundo para além dos quais eu não conceba a extensão. E não posso tampouco conceber um volume de tal forma vazio que não haja nenhuma extensão em sua cavidade e no qual, por conseguinte, não haja corpo; pois lá onde há extensão, lá também necessariamente há um corpo.

EXTRATO DA CARTA A MORUS DE 05 DE FEVEREIRO DE 1649²⁵

[...] Vós dizeis que não tendes dificuldade de crer que não há naturalmente vazio. Mas vós gostaríeis de salvar a potência de Deus que, retirando tudo que existe em um vaso, pode, segundo vós, impedir que seus lados se reúnam. Eu sei que minha inteligência é finita, e que o poder de Deus é infinito, assim não pretendo colocar limites nele; mas me contento em examinar o que posso conceber ou não, e me abstenho de proferir qualquer juízo contrário a esta concepção. Eis porque asseguro ousadamente que Deus pode fazer tudo o que eu concebo [ser] possível, sem ter a temeridade de dizer que ele não pode fazer o que repugna à minha maneira de conceber. Digo apenas: isso implica contradição. Assim, vendo que repugna à minha maneira de conceber que se retire todo corpo de um vaso e que nele permaneça, entretanto, uma extensão que não concebo de modo diferente do que concebia antes o corpo que nele estava contido, digo que implica contradição que tal extensão nele permaneça após o corpo ter sido dele retirado, e que, por conseguinte, os lados de um vaso devem se aproximar, o que concorda com minhas outras opiniões. Pois digo alhures que todo movimento é de algum modo circular; donde se segue que não se compreende distintamente que Deus retire toda a matéria de um vaso sem que um outro corpo, ou ao menos os lados do vaso, tomem seu lugar por um movimento circular.

3. É no mesmo sentido que digo também que há contradição em dizer que existam átomos que concebemos extensos e ao mesmo tempo indivisíveis, pois, ainda que Deus tenha podido formá-los tais que nenhuma criatura possa dividi-los de maneira certa, não podemos compreender que ele tenha podido se privar da faculdade de dividi-los ele mesmo. Quanto à vossa comparação, que o que é feito não poderia não sê-lo, ela não é de forma alguma justa.

Nós não tomamos por marca de impotência quando alguém não pode fazer o que não compreendemos ser possível, mas apenas quando não pode fazer algo que concebemos claramente ser possível. Ora, nós concebemos que a divisão de um átomo é uma coisa possível, pois o concebemos extenso. Assim, se julgamos que Deus não pode dividi-lo, julgaremos que ele não pode fazer o que, no entanto, julgamos ser possível. Mas não concebemos da mesma maneira que possa ocorrer que o que foi feito não o seja; ao contrário, concebemos bem claramente que isso é impossível, e que assim não há nenhum defeito de potência em Deus pelo fato de que ele não o faz. Quanto à divisibilidade da matéria, não é a mesma coisa. Pois embora eu não possa contar todas as partes em que ela é divisível, e que, por conseguinte, eu digo que seu número é indefinido, no entanto eu não poderia assegurar que Deus não possa jamais terminar esta divisão, porque sei que Deus pode fazer mais do que eu poderia compreender, e reconheci mesmo no artigo 34 [da segunda parte dos *Princípios da Filosofia*] que esta divisão indefinida de certas partes da matéria devia ocorrer.

EXTRATOS DA CONVERSAÇÃO COM BURMAN

Sobre as *Meditações Metafísicas*²⁶:

Texto 25: Respostas às *Sextas Objeções*, ponto 6 (AT, VII, p.432, l. 3-4; AT, IX, p.233):

[...] não havendo nenhuma IDEIA que represente o bem ou o verdadeiro, o que se deve crer, o que se deve fazer, ou o que se deve omitir, QUE possamos fingir TER SIDO O OBJETO DO ENTENDIMENTO DIVINO ANTES que sua natureza tenha sido constituída como tal pela determinação de sua vontade.

[O] Mas de onde vêm, portanto, essas ideias de coisas possíveis que precedem a vontade?

R. Tanto quanto todo o resto, elas dependem de Deus: sua vontade, com efeito, não é apenas a causa do que é e do que será, mas também a causa dos possíveis e das naturezas simples, e não se pode ou não se deve nada fingir que se diga não depender de Deus.

[O] Mas então, será que Deus teria podido ordenar a criatura a odiá-lo e constituir por aí este ódio como bem?

26 JMB, p.70. AT, V, p.160.

R. Doravante é impossível. Mas o que ele teria podido fazer, nós ignoramos. E por que ele não teria podido dar essa ordem à criatura?

Sobre os *Princípios da Filosofia*, Livro I²⁷:

Texto 38:

Artigo 23:

[...] que (Deus) entende e quer: e isso mesmo não como nós, por operações de certo modo distintas, mas de tal modo que, por UMA ÚNICA e sempre a mesma e simplicíssima ação, simultaneamente entende, quer e opera tudo.

Nós não podemos nos representar o como, entendemos apenas o fato. Se nos representamos a coisa de outra maneira, isto provém do fato de que consideramos Deus como um homem, que teria como nós necessidade de uma multiplicidade de ações diferentes para produzir tudo. Mas prestemos atenção à natureza de Deus, e veremos que não podemos entendê-lo de outra forma senão como produzindo tudo por uma ação única.

[O] Eis o que parece impossível, pois há decretos de Deus que nós podemos nos representar como não executados e susceptíveis de mudar; eles não se identificam, portanto, na unicidade de sua ação com o próprio Deus, pois então seria necessário excluir que eles possam, ou ao menos que eles tenham podido, ser separados dele. Tal é, por exemplo, o caso do decreto de criar o mundo, e decretos semelhantes, aos quais Deus foi totalmente indiferente.

R. Nada do que é em Deus difere realmente de Deus, bem mais, tudo o que é em Deus é sempre o próprio Deus. Começemos pelos decretos de Deus já executados: aí Deus é totalmente imutável, e é metafisicamente impossível representar-se as coisas de forma diferente. Passemos em seguida à moral e à religião: aí prevaleceu a opinião que Deus é susceptível de mudar em função das orações humanas, sem o que, cada um sabendo ou se persuadindo de que Deus é imutável, ninguém lhe teria orado. Para suprimir a dificuldade e conciliar a imutabilidade de Deus com as orações dos homens, é preciso dizer que Deus é certamente imutável, e que ele

decretou desde toda a eternidade conceder-me, ou não, o que lhe peço, mas que, no entanto, seu decreto envolve ao mesmo tempo conceder-me isso pela mediação de minhas orações, ao mesmo tempo que rezarei e levarei uma vida boa, de forma que é preciso que eu lhe ore e que leve uma vida boa se quero obter algo de Deus. Eis o que se passa acerca disso do ponto de vista da moral, onde o autor viu, examinando a verdade da coisa, que ele estava de acordo com os Gomaristas, em desacordo com os Arminianos e em desacordo também com os Jesuítas no que diz respeito aos seus correligionários. Mas do ponto de vista da metafísica, é impossível entender as coisas de maneira diferente; Deus é totalmente imutável. E de nada serve objetar que esses decretos teriam podido ser separados dele; esta fórmula, com efeito, é dificilmente admissível. Com efeito, embora Deus seja indiferente a todas as coisas, no entanto, é de maneira necessária que ele as decretou assim, pois ele quis necessariamente o melhor, embora tenha sido por sua vontade que ele o tenha feito tal. Não deveríamos dissociar aqui necessidade e indiferença nos decretos de Deus: embora ele tenha feito tudo com a mais inteira indiferença, no entanto ele o fez ao mesmo tempo com a mais inteira necessidade. De resto, mesmo se nós nos representamos que esses decretos teriam podido ser separados de Deus, nós no-lo representamos somente ao termo de um esforço de discriminação de nossa razão; o que implica certamente entre os decretos de Deus e o próprio Deus uma distinção de razão, mas não uma distinção real, de forma que, na coisa mesma, esses decretos não teriam podido ser separados de Deus, não são posteriores a ele ou distintos dele, e Deus não teria podido ser sem eles; de forma que vemos, no entanto, bastante claramente como Deus faz tudo por uma ação única. Mas não cabe aos nossos raciocínios conhecer isto, e jamais devemos nos vangloriar ou nos dar tanta licença a ponto de submeter a natureza e as operações de Deus à nossa razão.

Tradução de Marcos André Gleizer